

# Fronteiras

## Revista Catarinense de História

### A Amazônia em perspectiva: desenvolvimentismo, política e destruição

Marina Andrioli<sup>1</sup>

ANDRADE, Rômulo de Paula. *Amazônia na era do desenvolvimento: saúde, políticas e destruição, 1930-1966*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2024. 395 p.

A ideia de vazio demográfico e a necessidade de redenção da Amazônia brasileira — por meio da dominação do selvagem pelo civilizado — estiveram e quiçá ainda estão enraizadas na história brasileira, seja pela produção literária e acadêmica com esse viés ou pelo imaginário de nação que construímos ao longo de nossa trajetória. Tais concepções, mais do que representações e ideários, legitimaram toda uma condução política nacional e internacional de intervenção neste bioma. É sobre esses e outros temas que Rômulo de Paula Andrade dissertou em “A Amazônia na Era do Desenvolvimento: saúde, políticas e destruição (1930-1966)”, lançado pela editora da Fiocruz em 2024.

São várias as obras que buscaram historicizar tal período, trazendo elementos para aquém de narrativas simplificadas de progresso *versus* atraso e que deram voz, mesmo que com pesos diferentes, às mais variadas camadas envolvidas neste processo, como indígenas e caboclos por exemplo. Vide o trabalho da Comissão Nacional da Verdade ao trazer para a sociedade graves violações de direitos humanos ocorridas no Brasil entre meados de 1946 a 1988, muitas delas envolvendo indígenas amazônicos.

Apesar de textos e teses desenvolvidas no meio acadêmico voltarem o seu olhar às obras de infraestrutura da ditadura civil-militar como a Rodovia Transamazônica ou mesmo, mais recentemente, a Usina de Belo Monte, podemos afirmar que, assim como o livro em questão, há uma diversificação tanto de temas como análises e abordagens, que dão voz às mais diversas narrativas na tentativa de construir uma versão fidedigna e plural sobre a Amazônia (Andrade, 2024, p. 15).

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Brasil. E-mail: marina.andrioli@uffs.edu.br | <https://orcid.org/0000-0002-7108-6679>

Rômulo de Paula Andrade é doutor em História das Ciências, pesquisador e professor do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz e na obra aqui resenhada realizou um trabalho de sistematização de artigos escritos por ele ao longo dos últimos dez anos, se utilizando, como ele afirma, de um “complexo mosaico documental sobre a história da Amazônia nestes 36 anos” (Andrade, 2024, p. 27), como por exemplo: relatórios governamentais, romances, correspondências, discursos, colunas de jornais, anúncios e autobiografias.

Nesta obra, Andrade buscou compreender toda a complexidade do pensamento da classe política dominante sobre a Amazônia brasileira e como tais concepções se alteraram e repaginaram ao longo do século XX. O autor também conseguiu explicitar, ancorado em farta documentação, como a urgência ou não sobre as questões da Amazônia determinaram os rumos das políticas públicas em saúde e saneamento para aquela região, os investimentos, as parcerias binacionais, as doenças e os sonhos de uma nação.

Há momentos dramáticos da história brasileira, como a “Batalha da Borracha” (1942-1945), episódio em que milhares de nordestinos foram recrutados, em precárias condições, para a produção de borracha na Amazônia, com o objetivo de auxiliar os esforços de guerra dos Aliados. Que ilustra como o interesse nacional se mesclou com o da geopolítica norte-americana, culminando, neste episódio e em tantos outros tão bem rememorados pelo autor, quase sempre em perdas de vidas, biodiversidade e oportunidades para o Brasil.

Outro ponto de destaque do livro é a forma como Andrade insere o leitor na narrativa: em alguns momentos nos sentimos ouvindo discursos no Estado Novo, depois é como se estivéssemos dentro dos debates do congresso na ditadura civil-militar. Em outras passagens, analisando a abertura de CPI’s, depois construindo a transamazônica e erguendo bandeiras ao desenvolvimentismo brasileiro de Juscelino Kubitschek. Ou seja, a diversidade de fontes e ambientes que o autor proporciona dão ao leitor da obra, seja ele oriundo da academia ou não, certa vivência, conhecimento e, principalmente, dão o tom da complexidade que é estudar a Amazônia brasileira e como esta foi submetida às mais diversas intervenções ao longo de 36 anos.

O livro está organizado em sete capítulos, mais apresentação e prefácio de Gilberto Hochman, além das conclusões e referências, contando com 395 páginas. Os capítulos são: 1. “Localidades em que se Nasce, se Morre, mas não se vive”: ideias de saúde e saneamento para a Amazônia, 1930-1941; 2. Evandro Chagas e as Instituições Científicas de Saúde e Saneamento na Amazônia, 1934-1942; 3. Fred L. Soper, João de Barros Barreto e o Serviço

Especial de Saúde Pública: contextos em movimento, 1942-1945; 4. A Amazônia das Décadas de 1940 e 1950: desenvolvimento, valorização econômica e narrativas; 5. A Civilização da Mandioca sob os cuidados da Nutrição: escritos sobre a alimentação na Amazônia; 6. Ideias Amplas, Ações Pontuais: agências internacionais e programas de saúde na valorização econômica da Amazônia; 7. “E a Selva Foi Conquistada...”: natureza e progresso na construção da rodovia Belém-Brasília.

Como podemos observar, há nos títulos destaque a algumas personalidades que encamparam muitos discursos e ações, movidos pelos ideais modernizantes de cada década e correntes de pensamento que às vezes convergiram com a do Estado, outras não. Andrade discutiu não somente o perfil profissional destes atores, mas também contextualizou todos os elementos políticos e de conjuntura que levaram a determinados posicionamentos. Ou seja, considerou além das ações, as vicissitudes inerentes e teve a preocupação de localizá-los em seu tempo histórico e ideológico.

Por exemplo, no capítulo cinco, ao debater sobre as contribuições para a erradicação da fome e desnutrição do Brasil, trouxe os trabalhos pioneiros nas décadas de 1940 e 1950 de Josué de Castro e de Dante Costa e afirmou que estes contemporâneos “em uma coisa os dois concordavam em seus textos: o binômio ignorância-pobreza era matéria primordial na construção da prisão de desnutrição e fome em que o país vivia” (p. 234). Ou seja, Andrade trouxe pontos importantes que, nesse caso, “comprova que a fome passou a ser vista como causa principal da miséria sanitária da Região Amazônica” (p. 252), debate que em décadas anteriores esteve localizado no combate à malária e assistência sanitária.

O autor foi preciso em localizar e explicitar para o leitor os pontos de mudança de discurso, percepção e como esta está atrelada a contextos nacionais e internacionais, políticos e econômicos. No primeiro capítulo, Andrade tratou de políticas para a Amazônia de 1930 a 1941, também conhecido como o mais longo período da Era Vargas, amalgamando democracia e o golpe que formou o Estado Novo ao final do recorte citado. A pauta na década de 1930 foi a da integração econômica que deveria ser conduzida por um estado interventor; para tanto, Getúlio Vargas mirou “os métodos colonizadores que pretendia seguir, com base nos resultados obtidos pela empresa Ford no Tapajós e por núcleos japoneses no estado do Pará” (p. 42).

Ou seja, apesar de uma ascensão nacionalista, os meios valorizados pelo então principal representante nacional, o presidente Vargas, foi o de uma racionalidade produtiva, inspirada em uma experiência que contou com grande aporte financeiro, intelectual e técnico internacional. A primeira visita de Getúlio Vargas à Amazônia na década de 1940 é relembrada pelo autor,

tanto pelo maciço investimento na cobertura dessa viagem pela mídia estatal com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), quanto pelos discursos humboldtianos de Vargas à época, que tinham o sentido de transformar o nomadismo dos amazônidas em sedentarismo e produção racional. Para tanto, agora, o habitante rural da Amazônia não é mais um indolente e sim um guerreiro a serviço da nação, um aliado da Marcha Para o Oeste, forjada por Cassiano Ricardo, importante figura do governo Vargas e de sua ideologia.

O segundo capítulo trouxe período coincidente com o anterior, porém, com uma abordagem que tratou mais detalhadamente das instituições científicas de saúde e saneamento na Amazônia entre 1934 a 1942 e os papéis destacados de pesquisadores da saúde e sanitaristas como Evandro Chagas, Carlos Chagas e Carlos Chagas Filho, por exemplo. Neste capítulo, o autor demonstrou como os ideais nacionalistas integradores de Getúlio Vargas foram cerceados pelas doenças e epidemias que circulavam na Amazônia de forma mais perene, pela precária estrutura de saúde, falta de qualificação técnica e mesmo a ausência e a dificuldade de estabelecer políticas claras e com recurso garantido para a região. Andrade argumentou que neste período da II Guerra Mundial, o Brasil teve a missão de produzir borracha para os Aliados; mas, para tal, a região precisaria de diretrizes que mantivessem os seringueiros saudáveis e produtivos e, com isso, acordos foram firmados, com parcerias internacionais como a Fundação Rockefeller e a criação do Sege (Serviço de Estudo de Grandes Endemias).

No terceiro capítulo, a atuação bilateral Brasil e Estados Unidos ganhou a pauta. Por intermédio de João de Barros Barreto e Fred L. Scoper, sendo este último o principal representante local da Fundação Rockefeller e colaborador do Departamento Nacional de Saúde (DNS).

O plano de saneamento para a Região Amazônica, embora não tenha saído do papel, foi, no curso dos anos 30 e 40 do século XX, relevante para a região, que passou a ser vista como um território a ser conquistado por meio do programa de governo Marcha para o Oeste. [...] No entanto, o que houve entre o Plano de Saneamento da Amazônia e o Sesp não foi uma simples ruptura, pois este utilizou pesquisas feitas pelo Sege como dados preliminares e os trabalhos continuaram, só que com outros escopos e outros dirigentes (Andrade, 2024, p. 95).

Destacamos trecho do livro que demonstrou a ação de continuidade estabelecida, agora com a parceria com Scoper e o governo norte-americano em consolidar uma atuação efetiva em saneamento e saúde na região, com recursos provenientes tanto do governo brasileiro (responsável pelo maior montante ao longo de quatro anos) quanto estrangeiro. Tal ação foi de responsabilidade do Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp), instituição que “veio a se tornar

um órgão fundamental para a implementação de um modelo de saúde pública nos anos posteriores até sua extinção, em 1990” (p. 132).

Acordos de exclusividade comercial como o firmado no caso da borracha brasileira se estenderam por toda a América Latina em troca de assistência técnica de qualidade, fortalecimento da soberania nacional e mitigação da ameaça comunista. Ou seja, variados eram os interesses norte-americanos na cooperação. O que o autor detalhou no capítulo foram as instituições que fizeram parte deste episódio, o trabalho do Sesp ao abrir postos de saúde, escolas de promoção para a saúde e difusão de programas de rádio para a população da Amazônia, sem deixar de mencionar os conflitos pessoais entre os técnicos brasileiros e norte-americanos, bem como o lugar que o saber tradicional ocupou neste ínterim.

No capítulo quatro, o recorte temporal foram as décadas de 1940 e 1950 analisadas sob a perspectiva da Doutrina Truman e o Plano Marshall e como a divisão do mundo no pós Segunda Guerra Mundial pautou ações na América Latina e, consequentemente, na Amazônia brasileira. Em 1949, foi lançado por Harry Truman o “Programa Ponto Quatro” e de acordo com Andrade (2024, p. 134), sobre os discursos de Truman “O pronunciamento de Truman é considerado, no campo da antropologia do desenvolvimento, o marco zero de uma invenção: o desenvolvimento e sua contraparte, o subdesenvolvimento”. Também, fica marcada a posição ocidental como contraponto aos países agora classificados como Terceiro Mundo.

Ou seja, esta seção do livro é dedicada a contextualizar a influência norte-americana na política brasileira destas décadas de 1940 e 1950, demonstrando como os ideais de crescimento e desenvolvimento, bem como seus teóricos no âmbito nacional e internacional, fortaleceram a ideia de cooperação e assistência:

A necessidade de gerar crescimento por meio de assistência e cooperação técnica teve papel decisivo na criação de agências internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), nas décadas de 1940 e 1950 (Andrade, 2024, p. 135).

O autor contextualizou as correntes de pensamento e teóricos dessa fase, como Joseph Schumpeter, Simon Kuznets, Wilhelm Ropke, Ludwig Von Mises, Walt Whitman Rostow, Milton Friedman, John Maynard Keynes, Celso Furtado, Roberto Campos, Caio Prado Júnior e Alfredo Rangel, por exemplo.

Nosso destaque vai para a argumentação de Andrade que, além de ter refletido as teorias em voga naquele período, também introduziu o debate feito a *posteriori* por pensadores que

estudaram estas décadas. Ou seja, o ponto central deste capítulo foi argumentar como as políticas para a Amazônia, principalmente por meio da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), órgão criado em 1953, estiveram atreladas a uma conjuntura que ultrapassou o interesse nacional e que, serviu também para fortalecer internamente os ideais de progresso, modernização, saneamento, saúde, alimentação e desenvolvimento da América Latina e do mundo até então considerado subdesenvolvido.

Na abertura do capítulo cinco, o autor nos presenteou com a música “Da Lama ao Caos” (1994) de Chico Science e a partir do Josué citado na letra da canção introduziu o trabalho de Josué de Castro, que foi considerado “um dos grandes intérpretes do Brasil” (p. 221). Neste capítulo podemos compreender o contexto de criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), e o trabalho de médicos nutrólogos (especializados em nutrição) que ditaram os rumos da alimentação no Brasil como Josué de Castro com a sua obra “Geografia da Fome” (1952) e Dante Costa com “Alimentação e Progresso: O problema no Brasil — Alguns aspectos sociais da alimentação humana” (1960).

A qualidade de vida do trabalhador, especialmente pela nutrição adequada, entrou em pauta, baseada em políticas que usaram dados e estatísticas alimentares; tanto que, o estudo de Josué de Castro ao mapear como deveria ser a alimentação básica do brasileiro, contribuiu para a fixação, no governo Getúlio Vargas (1937-1945), do salário mínimo (p. 229). Também, o consumo da mandioca e o seu caráter exploratório nômade pelos amazônidas entrou em discussão, pois seria necessária uma agricultura que tivesse produção variada e fixasse o habitante do campo, além de fornecer os nutrientes básicos para um crescimento saudável. Sobre o autor de Geografia da Fome, Andrade apontou que:

Em sua análise, Josué de Castro operou com as ferramentas de que dispunha em seu tempo. Citava estudos científicos sobre a qualidade do solo, natureza e alimentação, e obras que reforçavam estigmas históricos sobre a região, como o vazio demográfico, a natureza aterradora e opressiva e uma possível má formação da cultura local. O velho e o novo convivem no texto do nutrólogo; para problemas históricos, a ciência da nutrição trazia novas soluções. De acordo com Castro, a solução do problema do vazio demográfico passava necessariamente por uma alimentação suficiente, a ser garantida mediante um plano de povoamento racional e de fixação colonizadora dos habitantes na terra (Andrade, 2024, p. 240).

Parcerias foram realizadas com a Fundação Kellogg, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), e como demonstrará no capítulo seguinte, o Plano de Política Alimentar para a Amazônia, integrou as ações da Comissão Nacional para a Alimentação (CNA) e a atuação da SPVEA no “primeiro

plano de ação efetivo para a Amazônia: O Primeiro Plano Quinquenal, de 1955” (p. 252) no governo de Juscelino Kubitschek.

No penúltimo capítulo da obra, o Primeiro Plano Quinquenal foi analisado na perspectiva de suas novidades como: a predileção pelas ações em saúde na Amazônia e nas parcerias internacionais, que não são “uma via de mão única, isto é, não se trata de mera submissão dos países às ações de tais agências” (Andrade, 2024, p. 256). Ou seja, Andrade foi muito assertivo ao tratar das nuances dessas relações de cooperação entre o Brasil e neste caso, Estados Unidos. Ainda exemplificou momentos de desconfiança da população local com o trabalho dos técnicos, como foi o caso do sal cloroquinado para erradicação da malária.

No capítulo final da obra, o autor revisitou os estudos realizados sobre a construção da rodovia Belém-Brasília ou Transbrasiliana, iniciada em 1958. Para tal, Andrade revisou as ideias de isolamento da Amazônia e todo o aparato ideológico que alimentou tanto o discurso quanto as pautas econômicas e sociais do governo Kubitschek. O autor retomou os escritos de Cassiano Ricardo e a Marcha para o Oeste, — este que foi influenciado pelo conceito de fronteira de Frederick Jackson Turner — e, como o governo de Juscelino se apropriou também destes ideais, objetivando a segurança das fronteiras nacionais e a integração dos dois “brasis”, partindo ainda, da efetiva ideia de vazio a ser preenchido.

Também neste capítulo o autor continuou o trabalho atento em explorar personagens centrais na política e propaganda do governo Juscelino como Bernardo Sayão, um pioneiro ou bandeirante moderno, engenheiro que morreu trabalhando na Amazônia e cuja morte serviu como um motivador ainda maior da conquista da *wilderness*. Muitas foram as denúncias de corrupção envolvendo a construção da rodovia, que inclusive foram paralisadas no governo de Jânio Quadros (1961) e retomadas após o golpe civil-militar de 1964.

Em 1977, Bertha Becker assinalava que a área da Belém-Brasília não apresentava nível elevado de crescimento, além de não ser espacialmente homogêneo, assim como não houvera, até aquele momento, melhorias significativas nas condições de vida da população que para lá migrou (p. 359).

Ou seja, Andrade (2024) usou o exemplo da construção da Belém-Brasília, de certa forma oportunamente, no fechamento do livro, como sendo a história do percurso da Amazônia, neste caso ainda mais simbólico pela interferência física de uma marca tão emblemática de progresso, uma estrada que cortava a floresta, que veio para organizar e normatizar a vida de quem ali se encontrava. Tudo independente da manifesta aprovação ou vontade da população local, com pouca ou nenhuma preocupação ambiental.

Finalmente, o livro de Rômulo de Paula Andrade é uma contribuição para a historiografia brasileira tanto pelo conteúdo que traz, fruto da pesquisa de uma longa trajetória acadêmica do autor, como também pelas escolhas narrativas utilizadas. Sem monotonia, Andrade revela episódios marcantes da história da Amazônia brasileira e, ainda, desperta curiosidade e sugere temas que precisam ser aprofundados.

Recebido em 09/01/2026.

ACEITO em 19/01/2026.

# Fronteiras